



PRESIDENTE DA ELETROBRAS
DESRESPEITA PRESIDENTE
LULA

LEIA NA PG. 2



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES



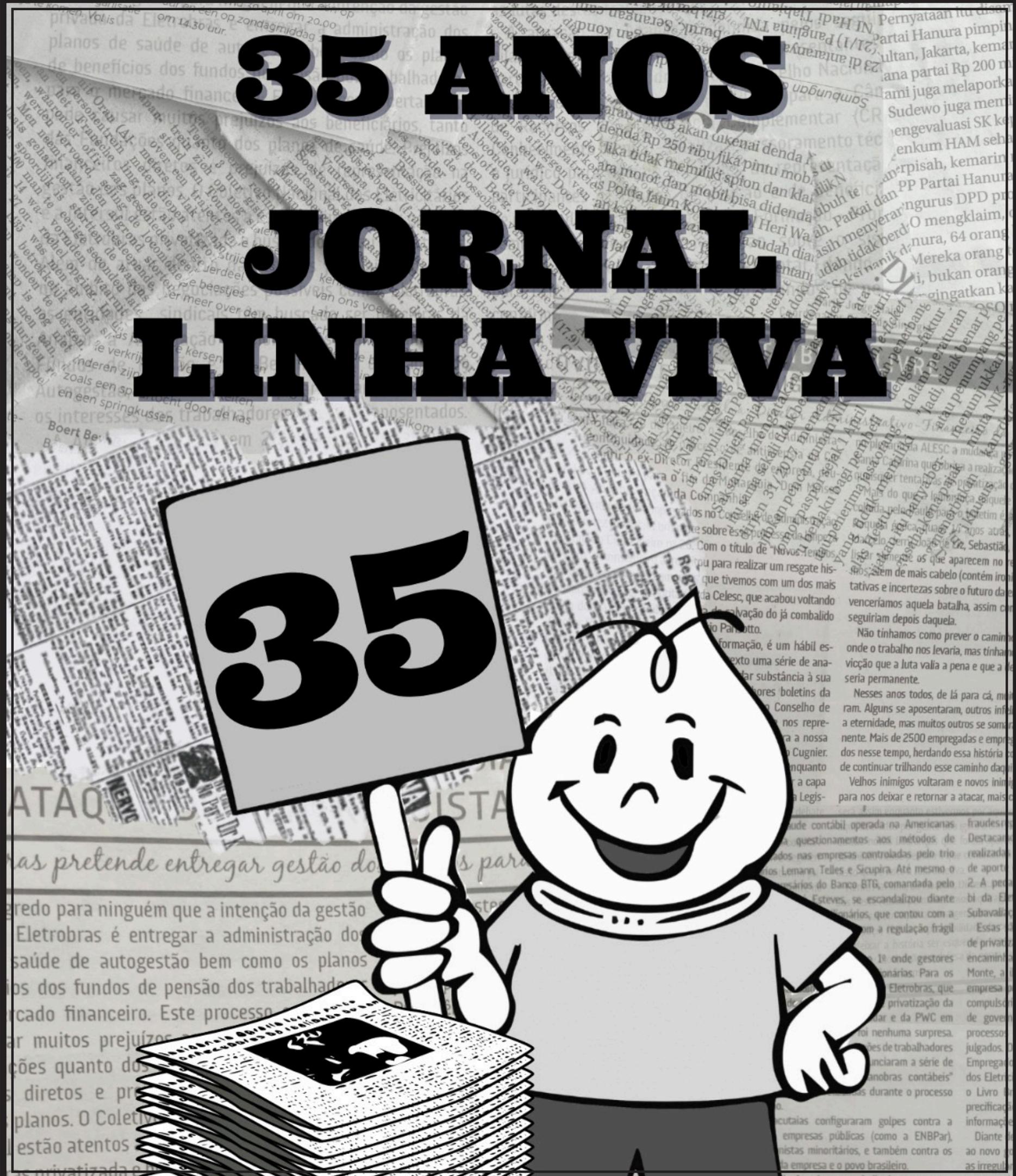
INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1570 - 02 DE MARÇO DE 2023

35 ANOS

JORNAL

LINHA VIVA

35



ELETOBRAS PRESIDENTE DA ELETOBRAS DESRESPEITA PRESIDENTE LULA

Wilson Pinto deveria renunciar à presidência da Eletrobras após esse episódio

As últimas semanas não foram boas para o presidente da Eletrobras, Wilson Pinto. Após a decisão do Presidente Lula de colocar a AGU para questionar o processo de privatização e fazer valer a participação acionária da União na empresa, o presidente da Eletrobras percebeu que seu projeto começa a lhe escorregar entre os dedos.

O plano privatista parecia perfeito: uma operação de aumento de capital sem participação da União. Assim seria necessário aportar apenas o suficiente para reduzir a participação estatal para menos de 50%. Mas para evitar que um futuro governo resolvesse fazer valer suas ações, colocaram cláusulas onde, por mais que essa participação fosse significativa (43% no caso), a União não apitasse nada na gestão da empresa. De quebra, viria a descontinuação, disponibilizando para o mercado livre e a especulação a maior parte da capacidade de geração da Eletrobras e claro, um generoso aumento na remuneração dos administradores que, aliás, permanecem praticamente os mesmos de antes da privatização.

Mas vieram as eleições e o povo resolveu estragar a festa da camarilha que tomou a Eletrobras. Lula foi eleito e começou a cumprir o que estava em seu programa de governo: "Recuperar o papel da Eletrobras como patrimônio do povo".

Não é só a possibilidade de perder os, agora muito bem remunerados, cargos que tira o sono dessa turma. Eles sabem que a privatização foi um processo cheio de irregularidades e fraudes e que, com a Advocacia Geral da União no jogo, terão que responder por isso. Será essa a razão da Sra. Marisete Dadald permanecer despachando no MME, mesmo sendo administradora de uma empresa privada? Seria para apagar rastros?

O fato é que, sentindo a água subir ao nível do poço, o Sr. Pinto mobilizou a mídia amiga, em especial a Revista Veja, para desacreditar o governo. Registre-se que a Veja é da Editora Abril que transferiu sua dívida recentemente para o BTG Pactual, protagonista da privatização da Eletrobras.

Primeiro Pinto se disse "triste" com as declarações do presidente Lula e afirmou que "não há necessidade de diálogo com representantes do novo governo para explicar como se deu o processo de desestatização da companhia, uma vez que o hoje ministro de Minas e Energia Alexandre Silveira, era senador durante o processo". A fala não caiu bem, primeiro porque o atual ministro era suplente à época e porque, evidentemente, não foi o ministro que questionou a privatização, mas o chefe dele, o presidente Lula.

A declaração de Pinto é extremamente grave, não só por ter afirmado categoricamente que não tinha satisfação a dar a um acionista, por sinal o maior deles, mas por ser o Presidente da República, o próprio chefe do poder concedente.

Percebendo que tinha ido longe demais na arrogância, Pinto mandou nota à Veja pra tentar consertar o estrago afirmando que: "todo processo de capitalização foi amplamente debatido e aprovado pelo Congresso Nacional e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), além de ter sido realizada audiência pública, e o BNDES ter conduzido os estudos...".

Talvez o processo tenha sido amplamente debatido na Faria Lima, ou nas reuniões entre os oligarcas que hoje controlam a Eletrobras e os membros do governo antinacional de Bolsonaro. Com a sociedade, entretanto, não houve debate.

O ex-presidente entreguista, Jair Bolsonaro, afirmou em campanha em 2018, mais de uma vez, que era contra a privatização da Eletrobras. Ou seja, a privatização não foi aprovada pelo principal interessado, o povo. Além disso, a MP da privatização foi aprovada no Congresso sem sequer ter sido instalada comissão mista para sua apreciação e sem que tivesse sido realizada uma única audiência pública, no auge da pandemia.

O Sr. Pinto segue equivocadamente afirmando que a privatização

"propiciou uma série de benefícios para toda a sociedade, além de potencialmente aumentar a capacidade de investimento da companhia em mais de três vezes". Até agora, os únicos beneficiados pela privatização são o próprio Pinto e sua turma. O Sr. Pinto reajustou o próprio salário de R\$ 56.000 para R\$ 360.000, sem falar nos bônus que podem ser muitas vezes maiores que isso. Já os conselheiros de administração, que antes ganhavam pouco mais de R\$ 5.000, agora podem receber até R\$ 200.000 mensais.

No que diz respeito a investimentos, basta dizer que até 2015 a Eletrobras investia mais de R\$ 10 bilhões por ano, e na Era Pinto, esse investimento não chegou a R\$ 3 bilhões por ano. Mesmo agora, após a privatização, a Eletrobras não arrematou praticamente nada em dois leilões de transmissão e um de geração. Ou seja, a estória de privatizar para poder investir é só conversa pra boi dormir.

Tentando rebater a afirmação do presidente Lula de que a Eletrobras voltaria a ser um patrimônio do povo, o Sr. Pinto afirmou que "a Eletrobras continua sendo um patrimônio do país, com conselho administrativo e diretoria compostos por brasileiros". Pela lei brasileira, uma empresa é patrimônio de seus proprietários, no caso de uma Sociedade Anônima, de seus acionistas. Hoje a maior parte do capital da Eletrobras está em mãos de entes privados e mesmo a parcela considerável que está nas mãos do País, representada pelo estado brasileiro, está esterilizada.

É justamente para isso que o presidente Lula acionou a AGU: fazer valer a participação do estado na gestão dessa estratégica empresa brasileira, podendo, inclusive, designar administradores comprometidos com o projeto de País aprovado nas urnas.

Quanto à afirmação pueril de que a direção da empresa é composta por brasileiros, é necessário lembrar que não foram poucos os momentos de nossa história em que traidores da pátria entregaram o País. Não basta ser brasileiro, Sr. Pinto, é preciso defender o País e o que o Sr. e os seus fizeram foi exatamente o contrário disso.

A arrogância do Sr. Pinto não se sustenta em seus resultados. A única coisa efetivamente que ele entregou até agora foi a própria Eletrobras. Não adicionou um único MW de capacidade de geração e nem um km de linha de transmissão novos ao País. Pelo contrário: alienou empreendimentos lucrativos, demitiu mais da metade da força de trabalho e hoje, nem mesmo os acionistas privados têm motivos para estar contentes. No relatório do deputado Elmar Nascimento, relator da privatização na Câmara, previa-se que, no momento da operação, as ações deveriam estar valendo R\$ 90. Mas o preço da ação ordinária, no dia da privatização foi de R\$ 42 e de lá pra cá, só caiu, chegando a estar cotada a R\$ 35, duas semanas atrás.

O modelo de privatização com descontinuação, que parecia genial em 2016, hoje é um problema. Com o preço do MWh cada dia mais baixo no mercado livre, a Eletrobras se vê com volumes gigantescos de energia descontratada e sem ter para quem vender.

De outro lado, o enorme poder de mercado da Eletrobras, controlando quase metade da capacidade de geração hidrelétrica, faz dela um price maker, capaz de ditar o preço da energia no País num cenário de escassez hídrica, que certamente virá no futuro. A verdade é que a privatização da Eletrobras se tornou um jogo de perde-perde. Nem consumidores, nem governo, nem acionistas sérios, com projeto de longo prazo, têm nada de bom a esperar desse desastroso processo.

Já o Sr. Pinto, ao invés de ficar mandando cartinhas para Veja, deveria reconhecer que seu projeto fracassou. Renunciar à presidência da Eletrobras e dar lugar a uma liderança de transição, até que o governo reassuma a Eletrobras e a recoloque nos eixos. O Brasil ainda vai precisar muito dessa empresa!

35 anos do jornal linha viva

Primeira Edição do Jornal Linha Viva foi impressa em 02 de março de 1988. Há exatamente 35 anos, portanto

Desde o início de 2023 você tem acompanhado na página 4 do jornal Linha Viva contos e relatos de companheiras e companheiros que ajudaram a construir esses 35 anos de história de lutas. Foi no dia 02 de março de 1988 que, na sala da Diretoria de Imprensa, na sede do Sinergia, em Florianópolis, surgiu o jornal.

A edição número 1 serviu de base para outras 1569 edições até hoje. Essa primeira edição trazia como destaque o seguinte título: "Eletrocitários acumulam perdas com a inflação", notícia que poderia tranquilamente servir como capa para uma edição em pleno ano de 2023. Também trazia notas e informações sobre a luta contra a privatização das estatais e pelos direitos das mulheres, temas mais que atuais.

As batalhas seguem praticamente as mesmas. O jornal segue informando, denunciando, questionando e buscando unir a classe trabalhadora na luta por seus direitos. Segue, portanto, atual e necessário.

A Intercel e a Intersul agradecem a todos os jornalistas e comunicadores que atuaram no Linha Viva. Um agradecimento especial, também, a todos os leitores e leitoras que seguem, semanalmente, contribuindo com a construção dessa ferramenta tão necessária para a categoria eletricitária em Santa Catarina.



Capa da edição número 1 do Linha Viva, de 02 de março de 1988

NOTAS CURTAS:

- Os sindicatos da Intercel receberam reclamações de trabalhadores da Celesc sobre falhas que estariam ocorrendo no sistema de registro de veículos da empresa, o BUV. Ocorre que o equipamento, por ter uma capacidade de armazenamento pequena das informações, perde registros da quilometragem e tempo de condução quando permanece muito tempo sem área da operadora de celular. Isso pode trazer prejuízo aos trabalhadores que dirigem os veículos, pois o valor que recebem é menor do que teriam direito. O problema vem sendo relatado para as gerências responsáveis desde outubro de 2022 mas, até o momento, ainda persiste. A resposta da Celesc é que "foi realizada a abertura de chamado para análise e acionamento do suporte técnico da empresa contratada". Além disso, as gerências responsáveis indicaram que os empregados deveriam buscar "os SPAD's do seu Núcleo/Unidade para que procedam com a abertura de chamado. Dessa forma, conseguimos fazer o acompanhamento das ocorrências do contrato". Outro problema relatado pelos trabalhadores é a demora da empresa responsável para atender os chamados abertos e, quando atende, não resolve. É um tema que merece atenção pela Celesc. A Intercel indica que, havendo qualquer divergência, o trabalhador siga o encaminhamento indicado pela empresa. Não havendo solução, que informe ao sindicato de sua base o problema.

- O Sinergia realizará de 8 a 24 de março, como parte das atividades para o Dia Internacional da Mulher, uma campanha contra o assédio sexual no trabalho. Ficarão disponíveis urnas em alguns locais de trabalho, onde poderão ser compartilhados relatos sobre situações de assédio. Além disso, também poderão ser encaminhados através de um formulário online, que pode ser acessado por meio do QR Code ao lado ou no site do Sinergia (www.sinergia.org.br). Para se informar sobre as demais atividades da campanha, acompanhe as redes sociais do sindicato.

- O primeiro encontro entre os sindicatos da Intercel e o novo presidente da Celesc, Tarcísio Rosa, foi realizado no dia 17 de fevereiro (imagem ao lado). As informações sobre o encontro, considerado bastante positivo pela Intercel, foram divulgadas para a categoria através do Boletim da Intercel 197, disponível nos grupos de whats app e nas redes sociais da Intercel.



#REESTATIZAELETOBRAS

CARTA ABERTA AO MINISTRO DE MINAS E ENERGIA, SR. ALEXANDRE SILVEIRA

Coletivo Nacional de Eletricitários (CNE) encaminha Carta Aberta com cobranças ao Ministro de Minas e Energia

Senhor Ministro de Minas e Energia, o governo Bolsonaro acabou e com ele todas as políticas nefastas ao país, que prejudicaram enormemente o povo brasileiro, com a privatização da Eletrobras, um dos maiores crimes lesa-pátria da história do Brasil. O povo brasileiro elegeu Lula para governar e reconstruir o país, destruído por Bolsonaro e por todos aqueles e aquelas que participaram deste vergonhoso governo. Cabe ao senhor, enquanto Ministro de Minas e Energia colocar em prática as políticas e diretrizes emanadas do presidente Lula e que estão contidas na Mensagem ao Congresso e que dizem respeito ao setor que dirige. O senhor deve ter conhecimento que na Mensagem ao Congresso de 02/02/2023, Lula reafirma o seu compromisso de recuperar a "ELETOBRAS COMO PATRIMÔNIO DO POVO".

Senhor Ministro, é sua obrigação enquanto integrante do segundo escalão do governo Lula, propor ações, no interior do ministério que coordena para que a retomada da Eletrobras como patrimônio do povo brasileiro, ocorra o mais rápido possível, pois essa é a orientação do seu "chefe" e o senhor é apenas um auxiliar do mandatário do país.

Senhor Ministro de Minas e Energia, o presidente Lula deu uma declaração pública classificando a privatização da Eletrobras como "errática", "crime de lesa-pátria" e "quase uma bandidagem". E inclusive orientou a Advocacia Geral da União (AGU) a entrar na justiça contra as cláusulas "leoninas" do contrato de privatização. Temos conhecimento de que a AGU já está tomando as providências para colocar em prática as orientações do presidente Lula. E o Ministério de Minas de Energia (MME), que está sob o seu comando, já tomou alguma ação para que a Eletrobras volte a ser patrimônio do povo brasileiro?

Na nossa visão, o senhor não tomou nenhuma providência para colocar em prática a orientação do presidente Lula, ao contrário, está fazendo indicações para cargos na estrutura do MME com o claro propósito de dificultar a orientação do presidente, pois está indicando pessoas que foram operadores da fraudulenta privatização da Eletrobras, o que hoje está comprovado. Isto, senhor ministro, é inaceitável, já que o perfil dessas pessoas não se encaixam no projeto de país do governo Lula. Enquanto o presidente Lula cobra do Ministro da Casa Civil, Rui Costa, a demissão dos bolsonaristas que estão infiltrados no seu governo, "as pencas", o senhor insiste na nomeação de pessoas que ajudaram a privatizar a Eletrobras

e a implantar as políticas do governo Bolsonaro, que destruíram o país.

Senhor Ministro, é necessário tomar todas as providências cabíveis para que não aconteça com a Eletrobras, o que ocorreu com as Lojas Americanas. É de conhecimento público de que a maior acionista preferencialista da Eletrobras é a 3G, coincidentemente a maior responsável por esconder, durante anos, uma fraude contábil de R\$ 20 bilhões nos balanços das Lojas Americanas, o que levou a varejista a pedir recuperação judicial.

Senhor Ministro de Minas e Energia, como se não bastasse a "coincidência" relatada acima, a PWC que auditou os balanços fraudulentos das Lojas Americanas é a mesma que faz a auditoria financeira da Eletrobras, onde foram detectadas, por especialistas do setor elétrico, diversas inconsistências. Não tomar as medidas necessárias, como poder concedente, para que a Eletrobras, maior empresa de energia elétrica da América Latina e que o Estado brasileiro ainda detém

"Infelizmente, até o presente momento, o Senhor não está correspondendo à confiança depositada, já que não está tomando as providências cabíveis para evitar uma catástrofe para o país no setor de energia elétrica"

42,7% das ações ordinárias, não se transforme em uma Loja Americana é um crime de omissão inaceitável contra o povo brasileiro.

Se uma loja de departamentos, uma simples varejista como as Lojas Americanas está provocando toda essa turbulência no mercado, imagine, Senhor Ministro, o estrago para o país e o povo brasileiro caso isto viesse a acontecer com a Eletrobras, que é responsável por 30% da

geração total e 45% da transmissão do Brasil. Com certeza, Senhor Ministro, o Brasil será ferido de morte, porque "ENERGIA NÃO É MERCADORIA".

Senhor Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, lhe confiou um dos setores mais importantes e estratégicos para o desenvolvimento do país, e infelizmente, até o presente momento, o Senhor não está correspondendo à confiança depositada, já que não está tomando as providências cabíveis para evitar uma catástrofe para o país no setor de energia elétrica. Ao contrário, o senhor tem nomeado pessoas que contribuíram decisivamente para a fraudulenta privatização da Eletrobras e que representam os interesses do capital privado e não do país, contrariando a política defendida pelo presidente Lula.

Senhor Ministro de Minas e Energia, Bolsonaro já foi mandado embora pelo povo brasileiro, através do voto. Caso o senhor não mude o rumo que o MME está tomando, com certeza será exonerado, pelo presidente Lula, que não aceitará um auxiliar que vai contra as suas determinações e políticas.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - INTERSUL
Jornalista responsável: Leonardo Contin da Costa (MTE 6550/SC)
Conselho Editorial: João Batista de Liz
Estagiária: Ana Júlia Gonçalves

Rua Larcerda Coutinho, 149, Florianópolis, SC | CEP 88015-030
E-mail: [sinergiajournal@gmail.com](mailto:sinerгияjournal@gmail.com)

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

SINERGIA PARTICIPA DO XXXVI ENCONTRO ESTADUAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/SC

Da luta pela terra, da solidariedade de classe à transformação social do ser humano

Nos dias 23 a 25 de fevereiro aconteceu em Fraiburgo, na Escola Agrícola 25 de Maio, o 36º Encontro Estadual do MST/SC. O Sinergia participou com dois diretores (Mário Jorge Maia e Carlos Alberto de Souza) e uma diretora (Cecy Marimon). Diversas outras entidades estavam presentes, como também deputados federais e estaduais como Pedro Uczai (PT), Ana Paula Lima (PT), Padre Pedro Baldissera (PT) e Marcos José Abreu, o Marquito (PSOL). O Sinergia aproveitou para solicitar o compromisso dos deputados federais e estaduais presentes para a atuação de seus mandatos em defesa da Celesc Pública, bem como da reestatização da Eletrobras.

Desde os anos 80, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - Sinergia é amigo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, por entender que a Reforma Agrária é um dever do Estado e ter terra para plantar é um direito de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Dessa amizade, foram construídas grandes lutas em defesa das empresas públicas, como Celesc e CGT-Eletrosul, contra a privatização.

O MST é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST em 24 Estados, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. No encontro, foram abordadas várias pautas, como a agroecologia, formação técnica para manter o trabalhador no campo, discussão de gênero, meio ambiente, solidariedade de classe etc.

Agroecologia X Agronegócio

A Agroecologia é um movimento onde não há exploração do homem sobre o homem e do homem sobre a natureza. Já o agronegócio, por sua vez, domina a produção de insumos, de alimentos e concentra a propriedade da terra e dos rios, privatizando a natureza e tornando uma ameaça a nossa existência.

De acordo com o MST, "a nação, por meio do Estado, do governo, das leis e da organização de seu povo deve zelar permanentemente, pela soberania, pelo patrimônio coletivo, pela educação pública, e pela sanidade ambiental e de saúde pública. É preciso realizar uma ampla Reforma Agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham. Garantir a posse e uso da terra para todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, e quilombolas. Estabelecer um limite mínimo quanto ao tamanho da propriedade para os assentados, como forma de garantir sua utilização social e racional". Além disso, "é preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim, o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser apenas complementar, buscando maior valor agregado possível e evitando a exportação de matérias-primas. Ninguém é obrigado a ter em sua alimentação uma gota de veneno diário, e no Brasil vários agrotóxicos utilizados já estão banidos em outros países". O MST vem colocando em prática alguns compromissos tirados em encontro nacional, tais como o plano nacional de plantio de 100 milhões de árvores em seus assentamentos, acampamentos, praças e demais locais públicos priorizando a defesa da natureza e a construção de seres humanos saudáveis. O Sinergia se soma a este compromisso, comprometendo-se a viabilizar o plantio de mil mudas de árvores na sua área de atuação.

O MST é o maior produtor de arroz orgânico no Brasil, sendo referência mundial em agroecologia e vem fazendo pesquisas em bioinsumos, sementes mais produtivas e no plantio de produtos orgânicos.

Durante o auge da pandemia de Covid-19, catástrofes naturais e aquelas provocadas por multinacionais, como a que aconteceu em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, a solidariedade do MST se fez presente com a doação de milhares de toneladas de alimentos produzidos em seus assentamentos e acampamentos. Repartir parte daquilo que se tem e que não fara falta a si, faz parte da luta do MST contra a fome. É repartir o que se tem.

Viva o MST, rumo aos seus 40 anos de fundação!



Diretores e Diretora do Sinergia participam do Encontro em Fraiburgo



Debates do Encontro tiveram foco na agroecologia, meio ambiente, reforma agrária, entre outros temas da atualidade



Companheiros e Companheiras do MST presentes em ato em 2008, contra proposta de privatização da Celesc (Foto: Mylene Margarida)



MST presente em ato contra a privatização na Eletrosul, em 1992 (Foto: Cristina Scomazzon)

